

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS COLÉGIOS ELEMENTARES NO RIO GRANDE DO SUL (1909 – 1927): ‘NOVO’ MODELO DE ESCOLA PRIMÁRIA?

THE INSTITUTIONALIZATION OF ELEMENTARY SCHOOLS IN RIO GRANDE DO SUL (1909 – 1927): A ‘NEW’ PRIMARY SCHOOL MODEL?

INSTITUCIONALIZACIÓN DE LOS COLEGIOS ELEMENTALES EN RIO GRANDE DO SUL (1909 – 1927): ¿”NUEVO” MODELO DE ESCUELA PRIMARIA?

Terciane Ângela Luchese

Universidade de Caxias do Sul. taluches@ucs.br

RESUMO:

O presente texto é resultado parcial de pesquisa desenvolvida em âmbito institucional. O objetivo é problematizar a normatização que instaurou um ‘novo’ modelo escolar no Rio Grande do Sul, focando nos primeiros colégios estabelecidos, atentando-se, especialmente para o de Bento Gonçalves. A organização e as culturas escolares produzidas nessas instituições primárias se contrapõem ao tradicional modelo de escola isolada existente no estado gaúcho até então, mas quais foram as condições efetivas previamente preparadas para a realização das prescrições legais? Orientada pelos pressupostos da História Cultural e utilizando como referência metodológica a análise documental de legislações, relatórios, livros de atas, correspondências, jornais e fotografias, o texto mostra a relação entre legislação e efetivação, tomando como referência os primeiros colégios elementares do Rio Grande do Sul. Refletir sobre o modelo de escola seriada urbana com classes graduadas pela idade e grau de conhecimento, contribui para conhecermos as peculiaridades da história da educação do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país e também para conhecermos as relações entre o prescrito e o realizado na difusão desse ‘novo’ modelo escolar, denominado no restante do Brasil como grupo escolar.

Palavras-chave: Colégio elementar; Rio Grande do Sul; Culturas escolares; Práticas escolares; Legislação.

ABSTRACT:

This text is the partial result of a research developed within an institutional framework. Its aim is to discuss rulings, which established a ‘new’ school model in the state of Rio Grande do Sul, focusing on the first elementary schools, specially the one in Bento Gonçalves. School organization and school cultures produced in these primary institutions are against the traditional school model of isolated school existing in Rio Grande do Sul up to that time, but which were the effective conditions previously prepared to set up the legal prescriptions? Guided by Cultural History theory and using methodological reference based on document analysis of laws, reports, minute books, letters, papers and photographs, the text shows the relationship between law and implementation, taking as reference the first elementary schools of Rio Grande do Sul. In order to reflect about the urban school model, separated by age and knowledge level, the following article shows the peculiarities of the history of education in Rio Grande do Sul, compared to the rest of the country. It also shows the relationships between what is suggested and what is done when disseminating this ‘new’ school model, called “grupo escolar” (school group) in the rest of Brazil.

Key words: Elementary school; Rio Grande do Sul; School cultures; School practices; Law.

RESUMEN:

Este texto es resultado parcial de una investigación desarrollada en ámbito institucional. El objetivo es problematizar la normalización que instauró un ‘nuevo’ modelo escolar en Rio Grande do Sul, con foco en los primeros colegios establecidos, en especial en el Bento Gonçalves. La organización y las culturas escolares producidas en estas instituciones primarias se contraponen al tradicional modelo de escuela aislada existente en el estado gaúcho hasta entonces, pero ¿cuáles fueron las condiciones efectivas previamente preparadas para la realización de las prescripciones legales? Orientada por los presupuestos de la Historia Cultural y utilizando como referencia metodológica el análisis documental de legislaciones, informes, libros de actas, correspondencias, periódicos y fotografías, el texto muestra la relación entre legislación y consumación, tomando como referencia los primeros colegios elementares de Rio Grande do Sul. Reflexionar sobre el modelo de escuela urbana, seriada, con clases graduadas por la edad y el por el grado de conocimiento, contribuye para conocer las peculiaridades de la historia de la educación de Rio Grande do Sul en relación al resto del país y también para conocer las relaciones entre lo prescripto y lo realizado en la difusión de ese ‘nuevo’ modelo escolar, denominado en el resto de Brasil como grupo escolar.

Palabras clave: Colegio elemental; Rio Grande do Sul; Culturas escolares; Prácticas escolares; Legislación.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto é resultado parcial da pesquisa desenvolvida em âmbito institucional¹. O objetivo é problematizar a normatização que instaurou um ‘novo’ modelo de escolarização no Rio Grande do Sul, os colégios elementares e sua implantação, atentando especialmente aos primeiros colégios. A organização e as culturas escolares produzidas nessas instituições primárias se contrapõem ao tradicional modelo de escola isolada existente no estado gaúcho até então, mas quais foram às condições efetivas para a realização das prescrições legais? Orientada pelos pressupostos da História Cultural e utilizando como referência metodológica a análise documental de leis, relatórios, livros de atas, jornais, correspondências e fotografias, o texto mostra a relação entre legislação e efetivação, tomando como referência os primeiros colégios elementares do Rio Grande do Sul.

Em maio de 1909, pelo Decreto 1479 o Presidente da Província modificou o programa de ensino complementar e criou os colégios elementares no Estado. Os Colégios Elementares significaram um ‘novo’ modelo de organização da escola: seriada com professor regente em cada classe, com a presença de diretor e secretaria, dispôs sobre conteúdos, organização e distribuição do tempo, do método de ensino (no caso o intuitivo), dos espaços (biblioteca, gabinetes, salas) e todo um conjunto de novas

¹ A referida pesquisa conta com apoio financeiro do CNPq.

regulações. Ainda em 1909, foram transformadas em colégios elementares, as escolas de Santa Maria, Santa Cruz e Montenegro e criados os colégios de Bagé, Rio Pardo, Encruzilhada, São Jerônimo, São Sebastião do Caí e Bento Gonçalves. Portanto, todos inicialmente localizados no interior do Estado. Já em 1910, foram aprovados os programas de ensino (Decreto 1576 de 27/01/1910) e o regimento interno desses Colégios (Decreto 1575 de 27/01/1910).

Ao estudar aos colégios elementares, se coloca foco na institucionalização, na difusão de um modelo escolar das escolas graduadas e a expansão do sistema público estadual de ensino, tendo como pano de fundo o ideário positivista. Refletir sobre o modelo de escola urbana, seriada, com classes graduadas pela idade e grau de conhecimento, contribui para conhecermos as peculiaridades da história da educação do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país e também para conhecermos as relações entre o prescrito e o realizado na difusão desse ‘novo’ modelo escolar, denominado no restante do Brasil como grupo escolar.

O modelo escolar dos colégios elementares: a prescrição

Ao longo da Primeira República, no Rio Grande do Sul, os discursos em torno da valorização da escola para a modernização da província foram recorrentes, principalmente por aqueles que estavam no poder. A vinculação com o ideário positivista imprimiu um conjunto de políticas públicas que afirmaram a expansão escolar primária, no período, baseada na “liberdade, laicidade e gratuidade” (CORSETTI, 1998; TAMBARA, 1995).

As escolas isoladas, reunindo numa única sala alunos com diferentes níveis de adiantamento, com um professor, em salas alugadas, caracterizavam o sistema de ensino público gaúcho no início do século XX. O decreto de criação dos colégios elementares, Decreto 1479², no Rio Grande do Sul, foi publicado em 26 de maio de 1909. Juntamente com outros dois decretos – Decreto 1575 e 1576, ambos de 27/02/1910, que regulamentavam o programa de ensino e o regimento interno, respectivamente, dos

²Atos do Governo - Decreto nº 1479 de 26 de maio de 1909. Modifica o programa de ensino complementar e cria colégios elementares do Estado. Palácio do Governo, em Porto Alegre, 26 de maio de 1909. Jornal “A Federação” de 31/05/1909. A publicação dos Decretos nº 1575 e 1576, ambos de 27/01/1927 no Jornal A Federação estão na edição de nº 55, Ano XXVII, de 07/03/1910 e podem ser acessados digitalmente através da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

colégios elementares, foram a base legal da instrução pública gaúcha na Primeira República.³

A normatização estabelecida no Decreto 1479 prescrevia que os professores do colégio elementar seriam designados em comissão dentre os professores primários do Estado, pelo Secretário dos Negócios do Interior e do Exterior, mediante o proposto pelo Inspetor Geral. Na prática, os Intendentes tiveram influência direta na solicitação de nomeação e/ou exoneração dos professores dos colégios elementares. O decreto de criação instituía que cada colégio teria uma biblioteca, gabinetes e o material indispensável ao ensino, assim como uma secretaria à qual incumbiria todo o movimento administrativo, expediente e arquivo. A secretaria ficaria a cargo de um secretário nomeado mediante concurso.

Normatizava que o curso elementar compreenderia o ensino de português, geografia e história pátria, noções de geografia e história geral, aritmética e geometria práticas, contabilidade, noções de escrituração mercantil e agricultura, lições de coisas, trabalhos manuais, desenho a mão livre, elementos de música vocal, ginástica sueca e evoluções militares nas escolas do sexo masculino. O preparo dos alunos para uma vida prática e até profissional, desde a escola primária, era uma preocupação do governo estadual, o que fica evidenciado pelas matérias a serem ministradas. Essa perspectiva pode ser bem notada ao ler o artigo 1º do Decreto 1576, de 27/01/1910, que estabelecia o regimento interno dos colégios elementares: “Artigo 1º - o colégio elementar tem por fim promover e dirigir, simultaneamente, o desenvolvimento moral, intelectual e físico dos alunos e proporcionar-lhes conhecimentos úteis à vida” (DECRETO 1576, grifos meus).

Os colégios elementares estavam organizados em seis anos de escolarização: o ensino ministrado era dividido em três classes com duas seções cada. A regulamentação determinava que a primeira classe fosse mista, a cargo de uma professora e as duas últimas, uma paracada sexo. Como nas escolas isoladas, preferencialmente uma professora ficava a cargo das meninas e um professor dos meninos. Em muitos casos, o diretor acumulava o cargo com o de professor. O artigo 11do referido decreto, considerava que seriam instituídos colégios elementares, com tantos professores quantos fossem julgados necessários pelo Governo, atendendo ao número e grau de

³ Foi apenas em 04/10/1927 que, pelo Decreto 3898, se estabeleceu novo regulamento para a Instrução Pública no Rio Grande do Sul.

adiantamento dos alunos. A estrutura de ensino primário gaúcho dar-se-ia, conforme estudo de Peres, em:

[...] escolas elementares isoladas (uma única aula), instituem-se também os grupos escolares (que nesse período eram apenas a reunião de várias aulas) o que inicialmente era uma forma de preparação para que um estabelecimento chegasse à condição de colégio elementar. O critério para que uma escola fosse considerada escola elementar isolada, grupo escolar ou colégioelementar era o número de alunos e o número de professoras. No caso dos colégios elementares, era necessário legalmente o número de 200 ou mais alunos matriculados. (PERES, 2000, p. 85).

Os colégios elementares significaram um ‘novo’ modelo de escola primária, pois até aquele momento, as escolas gaúchas eram caracterizadas por funcionarem, em geral, numa única sala, com um único professor e reunindo diferentes alunos com graus de adiantamento diversos. A partir de então, implantam-se os colégios elementares⁴, que deveriam possuir mais de 200 alunos para serem considerados como tal. Tinham uma organização pedagógica seriada ou graduada, ou seja, diferentes salas, agrupamento de alunos pelo grau de adiantamento, uma professora para cada classe, com uma direção única.

Em 1909 os colégios complementares de Montenegro, Santa Maria e Santa Cruz do Sul foram convertidos em Colégios Elementares e em 1910, foram seis os colégios instituídos no Estado: Bagé, Rio Pardo, Encruzilhada, São Jerônimo, São Sebastião do Caí e Bento Gonçalves. O critério para a escolha do local para instalação do colégio, além da demanda, foi o oferecimento de local para instalação por parte das municipalidades (cf. PERES, 2000, p. 91). Em 1927, quando nova reforma educacional instituiu colégios complementares, o Rio Grande do Sul já contava com 48 colégios elementares.

A criação dos Colégios Elementares foi noticiada pela imprensa e na medida em que iam sendo inaugurados o Jornal “Federação”, representante do Partido Republicano Gaúcho, noticiava o acontecimento e os telegramas recebidos. Por exemplo, em 24 de março de 1910 foi publicado o telegrama recebido pelo Presidente da Província, do

⁴Em 1939 os colégios elementares passam a denominar-se grupos escolares. Para o Rio Grande do Sul até 1939, portanto, os colégios elementares tiveram uma estrutura similar aos grupos escolares e às experiências de escolarização tidas em São Paulo (1894), Rio de Janeiro (1897), Minas Gerais (1906), entre outros estados. Uma bibliografia importante sobre os grupos escolares no Brasil e em Portugal são os artigos reunidos em VIDAL (2006).

Intendente de Rio Pardo, Pereira Rego, agradecendo a instalação do Colégio Elementar naquele município⁵. E assim se seguem muitos outros, de modo recorrente.

A diferenciação entre as escolas elementares isoladas, os grupos escolares e os colégios elementares estava ligada ao número de alunos e, certamente, ao de professores (PERES, 2000). Consta no Relatório da Secretaria de Estado:

São incontestáveis as vantagens que advêm da reunião de professores sob direção impessoal. A divisão do trabalho tomando cada professora a seu cargo a instrução de grupos de alunos até determinado grau, a emulação exaltada, a pontualidade diariamente fiscalizada, a possibilidade de funcionarem aulas em prédios melhores e com incalculável utilidade para a higiene escolar são, sem dúvida, evidentes vantagens de tais colégios (RELATÓRIO APRESENTADO..., 1909).

Dentre as ‘vantagens’ não explicitamente divulgadas dessa reforma estava a projeção que o governo recebeu – pela qualificação do ensino gaúcho – no entanto, quando se verifica acuradamente e cuidadosamente o processo de implementação, tem-se a seguinte situação: a maioria dos professores que passaram a atuar nos colégios elementares, ao menos nos primeiros anos, eram provenientes de transferências das escolas isoladas que foram fechadas. Observe-se essa situação em três exemplos: em abril de 1910, se comunicava que “a 1ª escola mista e a 5ª do sexo masculino, ambas de 2ª entrância, da cidade eram convertidas em classes do colégio elementar” de Rio Pardo. (JORNAL A FEDERAÇÃO, 19/04/1910, p. 1). Da mesma forma e nessa mesma data, em São Jerônimo, eram decretados o fechamento e sua ‘incorporação’ ao Colégio Elementar as escolas 1ª de sexo feminino, 2ª de sexo masculino da vila e a 3ª de sexo masculino dos ‘subúrbios’ daquele município. Outro exemplo é o da criação do Colégio Elementar em Caxias, depois denominado de José Bonifácio. Ele foi instalado em março de 1912 e para tal, foram “suprimidas as escolas 1ª, 2ª e 8ª de 2ª entrância, a 28ª e a 24ª mistas de 1ª entrância” (JORNAL A FEDERAÇÃO, 09/03/1912, p. 01).

Peres (2000) afirma que buscando prédios adequados para o funcionamento dos colégios, agrupando alunos de forma ‘homogênea’, designando professoras para cada classe, indicando diretores, fiscalizando o trabalho docente, selecionando livros didáticos, estabelecendo programas curriculares e regimentos para o funcionamento desse ‘novo’

⁵ Jornal A Federação – órgão do partido republicano. Gerente Agostinho José Lourenço. Diretor Gonçalves de Almeida. Ano XXVII, nº 70, de 24/03/1910.

empreendimento na educação gaúcha, adequava-se a escolarização aos moldes da moderna pedagogia. Mas foram necessárias décadas para que essa reforma pudesse ressoar em práticas pedagógicas diferenciadas, mesmo que em 1911, Protásio Alves tenha avaliado que:

No corrente exercício foram estabelecidos mais três colégios elementares, convindo muito que sejam todas as cidades, onde a população suficiente houver dotada de tais institutos. Ali a instrução é mais regularmente ministrada porquanto divididos os alunos em classe, segundo os graus de adiantamento, cada classe tem um professor que dirige imediatamente o ensino da criança e a acompanha em todos os exercícios. Nas escolas isoladas só excepcionalmente deixa o professor as classes dos mais adiantados para examinar os que começam, dirigidos por outros meninos que pouco mais sabem. São a isto forçados os professores por falta de tempo, de sorte que a criança que principia aprender e mais precisa de um bom mestre para não adquirir vícios, vê-se dele privado na escola isolada, o que não sucede no Colégio. Além dessas vantagens incalculáveis têm os colégios melhor fiscalização, emulação de professores e poder-se em regra melhor atender aos preceitos da higiene escolar. (RELATÓRIO APRESENTADO..., 1911).

O conjunto de argumentos apresentados por Protásio Alves, apontando as diversas melhorias trazidas pela implementação dos colégios elementares são parte apenas da realidade. Foram inúmeras as dificuldades e limitações enfrentadas para a realização e constituição de uma ‘nova’ cultura, dimensionada pela realidade escolar dos colégios elementares. Inicialmente, para os nove colégios elementares, foram designados para atuarem um total de 43 professores. E estes precisaram adaptar-se e criar alternativas diferenciadas para ministrar suas aulas.

A instituição de colégios pelo governo dar-se-ia preferencialmente onde os governos municipais oferecessem gratuitamente o edifício ao Estado. Ainda no ano de 1909, houve intensa mobilização pela conquista de um colégio elementar público por parte de diversas municipalidades, dentre elas Bento Gonçalves. Entre os ofícios enviados pela Intendência de Bento Gonçalves, destaca-se o que segue por ser revelador das necessidades educacionais do período:

Nº 79 - Em 21 de dezembro de 1909. Il. Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado. Porto Alegre. Tomo a liberdade de vir perante V. Ex. em nome dos interesses da instrução pública e a mais ardente aspiração dos moradores da vila de Bento Gonçalves, solicitar a criação de um colégio elementar

para cujo funcionamento de suas respectivas aulas esta intendência oferece o edifício necessário que comporta espaçosas salas, podendo estas ser subdivididas em caso de necessidade, edifício este nas condições higiênicas. Fazendo a instrução base especial a formação de bons cidadãos, úteis à Pátria, ao seu desenvolvimento, e sendo a população escolar numerosa na sede e no município, como demonstra o último mapa estatístico enviado à Inspetoria Geral da Instrução Pública, confiante, se dignaria V. Ex. atendendo a um tão justo pedido proporcionará a criação do referido colégio. [...] a instrução tão necessária, sobretudo neste meio, onde o elemento predominante é o Italiano e os seus filhos, sendo brasileiros, desconhecem por completo o idioma de sua Pátria nativa. Certo, pois da boa vontade e grande interesse de V. Ex. para que a instrução tenha sua completa difusão, espero tomarem consideração tão justa reclamação providenciando em bem servir os interesses de vosso Rio Grande. Saúde e Fraternidade. Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, Intendente. (LIVRO DE OFÍCIOS).

Assim como o Intendente de Bento Gonçalves, Carvalho Júnior, diversos outros apresentaram propostas para a criação de colégios. E, a partir de 1910, o colégio elementar, em Bento Gonçalves, passou a funcionar junto ao prédio da Intendência e foi oficializado em 1915, com a denominação de Colégio Elementar Bento Gonçalves da Silva. Para o seu provimento, foram fechadas duas escolas isoladas masculinas e duas femininas da vila de Bento Gonçalves e seus professores foram nomeados para o Colégio Elementar (cf. DECRETO 1592..., 1910).

Ocorreram duas modificações no ensino primário após a criação dos colégios elementares no período em estudo. Primeiramente, o Decreto 2224, de 29 de janeiro de 1916, que dividiu o ensino elementar em inferior com três seções, médio e superior com duas seções em cada, perdurando por sete anos. E, a seguir, em 14 de outubro de 1927, o Decreto 3903 instituiu que o ensino primário voltaria a três classes, subdivididas cada qual em duas seções. Permaneciam as escolas isoladas e eram considerados colégios elementares aqueles com matrícula superior a 200 alunos e que contavam de cinco a oito professores.

O modelo escolar dos colégios elementares: a realização

Não sendo possível analisar todo o processo histórico dos primeiros colégios elementares do Rio Grande do Sul, opto por apontar 3 aspectos centrais: o espaço, os professores e as práticas de ensino, enfatizando o ensino religioso e cívico.

Os espaços físicos para a instalação dos colégios foram aqueles que as municipalidades doaram ao governo estadual como exigência para a implantação do Colégio Elementar. Portanto, em cada município a situação foi diversa. Um exemplo emblemático do processo é o do Colégio de Bento Gonçalves (veja-se LUCHESE e KREUTZ, 2012, pp. 45 – 76).

No caso de Bento Gonçalves, o Colégio Elementar funcionou de 1910 até 1935 no andar térreo da própria sede administrativa da Intendência, conforme se pode observar na figura a seguir:

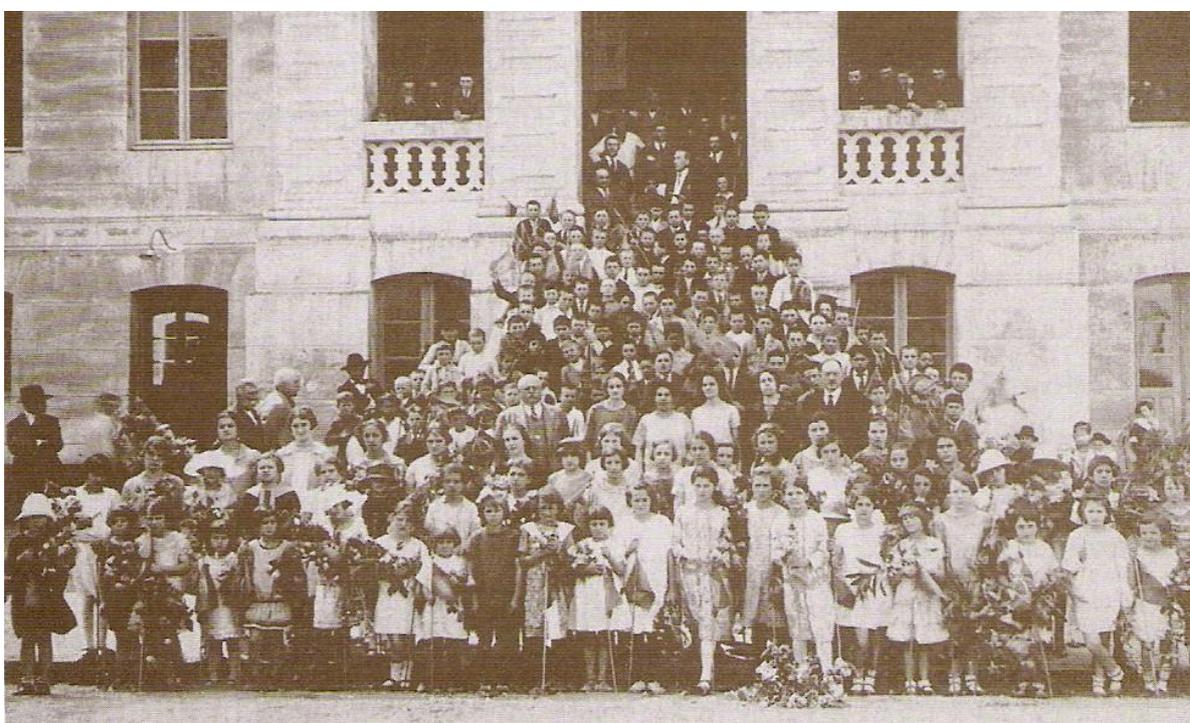


Figura 1 - Colégio Elementar de Bento Gonçalves na década de 1920. Ao fundo, o prédio da Intendência onde, no térreo, funcionou o Colégio até o ano de 1935. Fonte: Museu Histórico Casa do Imigrante – Bento Gonçalves.

Considerando que, também no térreo, estava localizado o Tribunal e, aos fundos, a cadeia, é possível imaginar as condições para o funcionamento do Colégio. Aulas suspensas quando havia julgamentos, ausência de espaço adequado para o recreio e para as diferentes atividades pedagógicas foram algumas, das várias, dificuldades enfrentadas. Em 1923, após diversas correspondências, o mesmo Intendente que celebrara a inauguração do Colégio Elementar em Bento Gonçalves, Antônio Marques de Carvalho

Júnior, enviou uma carta ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, denunciando os problemas decorrentes e solicitando que o Governador ponderasse sobre a ‘necessidade urgente e inadiável’ de um edifício próprio para o Colégio Elementar. Escreveu Carvalho Júnior:

[...] O Colégio Elementar, há cerca de 13 anos acha-se entranhado, em caráter prisioneiro, na parte térrea do edifício municipal, onde ao saber, além de improvisar pela falta de elementos indispensáveis, ar e luz, não possuem os demais requisitos sugeridos pela pedagogia, bem como sinto a falta de comodidade já não comporta o elevado número de alunos, que matricula, visto que o professor da aula tomou como consequência lógica, o engrandecimento da população. Além disso, o Colégio acha-se em tal situação que nem sequer possa bater para recreio, pois o local é inapropriado, não há espaço para a preleção das classes reunidas. Acuso a todos esses fatos a circunstância de estar ele localizado de modo tão descômodo, que se vê obrigado a suspender seus trabalhos durante as sessões do Tribunal do Júri, que às vezes, duram 2 e 3 dias, vistos em funcionamento perturbar aquelas solenidades, que exigem absoluto silêncio. Finalmente o serviço forense e as seções da Intendência, especialmente de contabilidade muito sofrem com a natural das crianças, vindo desta forma perturbar os trabalhos, novamente durante os recreios, entradas e saídas das aulas. Em ofício n. 1199, de 23 de maio do ano próximo findo, o Sr. Dr. Secretário do Interior informou a esta Intendência haver o Governo do Estado resolvido construir edifícios apropriados para os Colégios Elementares, solicitando informação sobre a doação de um terreno por parte do município. A resposta desse ofício consta de cópia ampla, pelo qual se verifica que o terreno acha-se há muito, à disposição do Governo para a referida construção. Em vista do exposto tenho por fim sentenciar a V.Ex^a a pedido, já feito, visto ser o fato uma medida de elevada importância para esta vila a edificação de um prédio para o referido Colégio. Convicto de que o Benemérito Governo do Estado, que tanto interesse e dedicação tem sempre demonstrado pela instrução pública, vendo como esse grande melhoramento enriqueceria a soma de edifícios já designados a este município, de antemão penhorado, agradeço a V.Ex^a, valendo no ensejo para saudá-lo com os meus protestos da mais elevada consideração e incondicional fidelidade. – Saúde e fraternidade. – O Intendente – Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior. (CORRESPONDÊNCIA...).

Se consideradas as vantagens indicadas com a criação dos Colégios Elementares para a instrução, e compararmos com o ofício do Intendente Carvalho Júnior, é possível verificar que entre as condições almejadas e as efetivadas, havia muitas diferenças. Já em 1910, o Colégio contou com matrícula de 281 alunos para 5 professores. O número médio sempre se manteve em mais de duas centenas de alunos freqüentes. Somente em 1929, Revista Intersaberes | vol.11, n.22, p. 45-63 | jan.- abr. 2016 | 1809-7286

no relatório do Intendente Freitas, era destacado que “[...] em virtude de solicitação do Estado, o município adquiriu um terreno para a construção de um Colégio Elementar nesta vila devendo-se doar a área de 10.000 metros quadrados. As obras de tão importante e indispensável melhoramento serão brevemente iniciadas, conforme os desejos do benemérito Governo do Estado [...]. (RELATÓRIO..., 1930, p. 17 - 18). O edifício para abrigar o Colégio Elementar de Bento Gonçalves só foi construído na década de 1930 e inaugurado em 1936. A construção tornou o prédio da escola um espaço monumental para a época. Localizado na rua principal da cidade, era um dos melhores e maiores prédios de Bento Gonçalves no final dos anos 1930.

Com nesse caso de Bento Gonçalves é possível observar que uma das grandes fragilidades para a efetivação e sucesso da implementação dos colégios elementares no Rio Grande do Sul foi a construção de local adequado, com condições de espaço, iluminação, ventilação, dentre outras características necessárias para uma escola. Apenas onde os municípios investiram é que se teve condição diferenciada, mas as condições do edifício escolar dos colégios elementares foram precárias na maior parte do estado gaúcho. Também e mesmo em colégios mais antigos, caso de Montenegro, se registrava dificuldades de espaço para acomodar a demanda de alunos que a escola atendia. Abaixo, imagem do Colégio Elementar 4 de Julho, de Montenegro, tendo ao fundo o prédio em que funcionava a escola.



Figura 2 - Festividade no Colégio Elementar 4 de julho de Montenegro.
Fonte: NETTO, 1924, p. 493.

O Colégio contava, em 1924, com 278 alunos matriculados. O espaço destinado ao edifício escolar impedia que número maior de alunos pudesse ser atendido. A política de implementação dos colégios elementares careceu de investimento na construção de prédios para atender a demanda já que a maioria, por décadas, ocupou espaços improvisados. Como constatou Werle “a criação dos colégios elementares não representava uma expansão quantitativa do ensino público, mas uma forma assumida por escolas de 2ª e 3ª entrâncias já existentes, que eram suprimidas para que aquelas fossem criadas” (WERLE, 2005, p. 65), como demonstrado em exemplos anteriores.

Entretanto, é preciso reconhecer que os colégios elementares mantiveram matrícula elevada, às vezes, superior às condições de espaço disponível. Não foram poucos os alunos que, após cursarem o ensino elementar ali ministrado, tornaram-se professores. Por sua vez, muitos dos professores que atuaram junto aos colégios elementares responsabilizaram-se pelos cursos de aperfeiçoamento de docentes em vários municípios⁶. Ainda, no que diz respeito à matrícula, observe-se que por força de lei a chamada para matrículas era publicada em jornal, como no exemplo a seguir, do Colégio Elementar José Bonifácio de Caxias:

⁶Na década de 1920, o município de Bento Gonçalves, ofereceu curso de aperfeiçoamento aos professores municipais e os responsáveis pelo curso eram os professores do Colégio Elementar. Conforme relato de Ros: “Anexo ao Colégio Elementar instituiu um curso de aperfeiçoamento de professores municipais que funciona durante as férias destes, e fora das horas de expediente daquele estabelecimento de ensino. Nos três anos passados foi esse Curso consecutivamente freqüentado por grande número desses preceptores, desses pioneiros das primeiras luzes do saber, os quais foram aperfeiçoando não somente os seus conhecimentos educativos propriamente ditos, mas também da parte cívica, com que foram ocupados diariamente 15 minutos, com cantos patrióticos. [...]” (ROS, 1927, s/p).

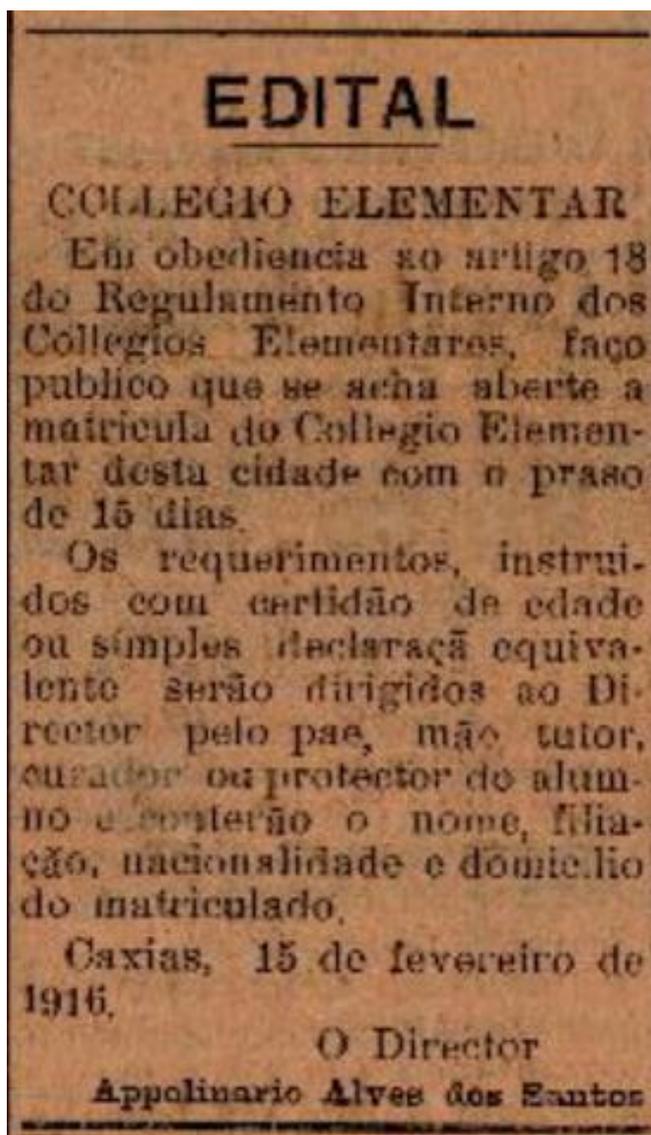


Figura 3 – Edital chamada de matrículas para o Colégio Elementar José Bonifácio em Caxias, 1916.
Fonte: Jornal O Brazil, 19/02/1916, p. 03.

Os professores dos colégios elementares assumiram, no âmbito municipal, tarefas também na participação de bancas examinadoras finais das escolas isoladas e foram muito considerados. De certo modo, pode-se afirmar que o status de ser professor em colégio elementar produzia maior reconhecimento social e aqueles professores, por conseqüência, assumiam outras tarefas na expansão da escolarização. O professor Angelo Roman Ros, por exemplo, que nos anos 1920 foi também diretor do Colégio Elementar de Bento Gonçalves, foi uma autoridade educacional do município. Conclamava, em 1927:

Convém aqui consignar uma observação aos senhores pais de família e ao povo em geral sem vislumbre de ofender a quem quer que seja, que a Instrução e Educação da Juventude, fonte única e inesgotável de toda a civilização e progresso humano, por isso que muito complexa, depende de diversos fatores. Não é bastante a idoneidade do professor: isto é, que ele tenha todos os conhecimentos científicos necessários, a vocação ou amor ao ensino e às crianças; é absolutamente necessária a cooperação da família. Esta deve usar de todos os meios ao seu alcance para despertar no filho o amor à escola, o respeito ao professor, qual segundo pai, o que aliás muitas famílias fazem. O povo em geral deve fazer todo o empenho para elevar no conceito da juventude as vantagens da Instrução, concitando-a a não temer fadigas, porque larga será a recompensa de seu trabalho (ROS, 1927, s/p).

Outro aspecto a ser tensionado, quando se consideram as práticas de ensino efetivadas no âmbito dos colégios elementares, é o ensino religioso. Mesmo que a República positivista gaúcha proclamasse sua perspectiva de escola leiga⁷, as conquistas da Igreja Católica permitiram que, em 1927, Giuseppe Foscallo, Vigário da Paróquia Santo Antônio de Bento Gonçalves, registrasse:

De fato, a Escola não é, e nem deve ser, apenas o ensino, a instrução de conteúdos, mas deve buscar *formar o homem, nutrindo a inteligência, educando a vontade e formando o espírito*. Para concorrer e conseguir esta finalidade, em cada escola foi solenemente benzido um Crucifixo colocado próximo à Bandeira Nacional: dois símbolos que devem falar fortemente para a mente e para o espírito das novas gerações. (FOSCALLO, 1927, s/p.) (grifos meus).

E o Colégio Elementar não ficara alijado disso. Já em 1924, D. João Becker registrou em sua visita pastoral uma “grande conquista” obtida pelo vigário de Bento Gonçalves: o Catecismo no Colégio Elementar. Fora feito um requerimento e assinado por muitos pais de família, para pedir ao Secretário da Interior licença para lecionar catecismo no Colégio Elementar e o mesmo fora deferido. Assim, três vezes por semana, eram dadas pelo Vigário lições de catecismo aos alunos do Colégio. (TERMO..., 1924). Faz-se mister considerar que, mesmo com uma legislação restritiva, as escolas públicas e os colégios elementares vivenciaram práticas de ensino do catecismo e dos princípios religiosos.

⁷Expresso na Constituição Estadual de 1891.

Outra dimensão muito evidenciada nas práticas escolares foi o ensino cívico, fortemente ressaltado nos discursos das autoridades. Em 1916, em mensagem, afirmava o Presidente da Província:

Nos grupos escolares, nos Colégios Elementares e na Escola Complementar cuida-se com esmero da educação cívica dos alunos por meio de preleções, especialmente em dias de festa nacional. Ainda agora a data comemorativa da Independência do Brasil foi com grande entusiasmo festejada nesta Capital e em vários pontos do Estado, entoando os alunos hinos patrióticos. (MENSAGEM ENVIADA..., 1916).

O festejo de datas cívicas com desfiles, cantos, apresentações e os próprios treinamentos militares, previstos e prescritos na legislação, ocorreram com freqüência nos colégios elementares e ganharam publicidade nas páginas dos jornais. Datas cívicas como dia da Bandeira, de Tiradentes, Libertação dos Escravos, Independência do Brasil, Proclamação da República, eram, entre outras intensamente comemoradas – na escola, mas especialmente, também junto à comunidade. O Colégio Elementar José Bonifácio, de Caxias, por exemplo, com freqüência nas datas cívicas apresentava teatros, músicas, poesias e vários outros números artísticos no palco do Club Juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os municípios a conquista de um colégio elementar foi considerada um avanço qualitativo na educação, mesmo que os colégios não tenham sido suficiente para atender a demanda escolar existente. Viabilizaram melhorias na própria qualidade educacional, pela estrutura diferenciada que se esperava que apresentassem em relação às escolas isoladas. Peres, em seu estudo, destacou que a implementação dos referidos colégios seria um dos momentos-chave para a escola primária gaúcha. Em suas palavras:

[...] criação dos colégios elementares como uma estrutura modelar para o ensino público elementar. Esse momento é, portanto, o da institucionalização e da difusão de um modelo escolar – o das escolas graduadas, denominadas no Rio Grande do Sul de colégios elementares, mais tarde chamados de grupos escolares – e da expansão do sistema público estadual de ensino. [...] Escola urbana, seriada, com classes graduadas pela idade e grau de conhecimento, multidocente, com uma direção única, os colégios elementares impuseram-se como o modelo ideal

de escola e se consolidaram na forma de grupos escolares na década de 1930 (PERES, 2005, p. 103 e 104).

A criação dos colégios elementares trouxe uma reorganização do ensino sem produzir um aumento do corpo de funcionários, já que foram fechadas as aulas isoladas próximas e os professores remanejados para atenderem à nova demanda. Contudo, considerando as dimensões territoriais do Estado, foram poucos os colégios elementares, permanecendo um expressivo número de escolas públicas isoladas. Como afirmou Corsetti: “A expansão do ensino, a diminuição do analfabetismo, a modificação curricular e programática, representaram os aspectos progressistas da ação republicana, fundamento de um ufanismo que transbordou das falas governamentais [...]” (CORSETTI, 1998, p. 518).

A modernidade pedagógica implementada com a criação e organização dos colégios elementares em 1909, no Rio Grande do Sul, demandou adaptações, produziu tensionamentos, divergências e culturas escolares por vezes diversas daquela prescrita na legislação.

REFERÊNCIAS:

CORSETTI, Berenice. *Controle e Ufanismo: a Escola Pública no Rio Grande do Sul*. Tese em Educação. 537 fl.. Santa Maria: UFSM, 1998.

LUCHESE, Terciane Ângela e KREUTZ, Lúcio. Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, SP, v. 12, nº 2 (29), pp. 45 – 76, maio /agosto 2012.

PERES, Eliane Teresinha. *Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir. A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909 – 1959)*. Tese em Educação. Belo Horizonte: FAE / UFMG, 2000.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo*. Pelotas: UFPel, 1995.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 a 1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. *O nacional e o local: ingerência e permeabilidade na educação brasileira*. Bragança Paulista: ed. Universidade São Francisco, 2005.

Documentos consultados:

CORRESPONDÊNCIA expedida pelo Intendente do município de Bento Gonçalves. Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

DECRETO 1479 de 26 de maio de 1909 – Modifica o Programa de Ensino dos Colégios Complementares e cria os Colégios Elementares no Rio Grande do Sul. In: LEIS, DECRETOS e ATOS do governo da Província do Rio Grande do Sul, 1909, p. 207 – 209.

DECRETO 1575 de 27 de janeiro de 1910 – Programas de Ensino dos Colégios Elementares do Rio Grande do Sul.

DECRETO 1576 de 27 de janeiro de 1910 – Regulamento Interno dos Colégios Elementares do Rio Grande do Sul.

DECRETO 1592 de 01 de abril de 1910. In: LEIS, DECRETOS e ATOS do governo da Província do Rio Grande do Sul, 1910.

DIRETORIA GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA – Almanack Escolar do Estado do RS. Porto Alegre: Selbach, 1935.

FOSCALLO, Pe. Giuseppe Foscallo. Il Sentimento Religioso della Popolazione di Bento Gonçalves. In: *Relatório do Intendente de Bento Gonçalves, João Baptista Pianca – 1924 a 1928*.

JORNAL A FEDERAÇÃO – órgão do partido republicano. Ano XXVII, nº 70, de 24/03/1910.

JORNAL A FEDERAÇÃO – órgão do partido republicano. Ano XXVII, nº 91, de 19/04/1910.

JORNAL A FEDERAÇÃO – órgão do partido republicano. Ano XXIX, nº 59, de 09/03/1912.

JORNAL O BRAZIL – órgão do partido republicano. Ano VIII, nº 256, de 19/02/1916.

LIVRO DE OFÍCIOS da Intendência de Bento Gonçalves. Arquivo Histórico de Bento Gonçalves.

MENSAGEM ENVIADA à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo vice-presidente, em exercício, Gal. Salvador Ayres Pinheiro Machado na 4ª Sessão Ordinária da 7ª Legislatura em 20 de setembro de 1916.

NETTO, José Candido de Campos. *Montenegro*. Montenegro: Livraria Irmãos Gehlen, 1924.

RELATÓRIO APRESENTADO ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 08 de setembro de 1909. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS).

RELATÓRIO APRESENTADO ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 08 de setembro de 1911. AHRGS.

RELATÓRIO APRESENTADO ao Conselho Municipal de Bento Gonçalves pelo Intendente Olinto Fagundes d'Oliveira Freitas em 15 de outubro de 1929 e referente ao período de 15 de novembro de 1928 a 30 de setembro de 1929. Editora Globo, 1930.

ROS, Ângelo Roman. A instrução pública em Bento Gonçalves (dezembro de 1927).In: *Relatório da Administração do Intendente de Bento Gonçalves – João Baptista Pianca – 1924 a 1928*.

TERMO de visita pastoral - ano de 1924. D. João Becker, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre. In: *Livro Tombo n. 1, Arquivo da Paróquia Santo Antônio, Bento Gonçalves*.